

"TASK FORCE ON NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES (TNFD)": DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O aumento da temperatura média global até o final do século variará conforme a região, mas será acompanhado por mudanças significativas na frequência e intensidade de eventos extremos em todos os lugares (Wigley, 2009). Nos últimos cinco anos, as emissões globais de carbono subiram 20%, e o nível do mar aumentou mais de 3,3 mm por ano (Nasa, 2023). As projeções indicam que as temperaturas globais podem subir 3,4°C até 2100 (Climate Action Tracker, 2023).

Embora o progresso econômico tenha historicamente impulsionado melhorias no bem-estar humano, há uma preocupação crescente de que o bem-estar presente e futuro esteja sendo comprometido pelo consumo excessivo de recursos naturais e pela geração de resíduos em uma escala que pode desestabilizar o sistema terrestre (Daly, Farley, 2011; Díaz et al., 2019; Steffen et al., 2015). Avaliações globais recentes ressaltam que a perda de biodiversidade constitui um risco fundamental para o funcionamento das sociedades e economias, exigindo transformações sistêmicas para conter essa perda (Dasgupta, 2021; Díaz et al., 2019; Mace et al., 2018).

As empresas desempenham um papel crucial nessas transformações sistêmicas, conforme destacado na primeira versão do *Global Biodiversity Framework* pós-2020. A perda de biodiversidade é amplamente reconhecida como um dos maiores riscos em macro escala para os negócios (Moody's, 2021; WEF, 2022). Os serviços ecossistêmicos oferecidos pela natureza sustentam operações fundamentais de diversos setores (van den Belt, Blake, 2015; Watson, Newton, 2018). Outros setores são vulneráveis a riscos de transição, como ativos irrecuperáveis devido a políticas ambientais mais rigorosas (Cahen-Fourot et al., 2021). Bens e serviços que impactam a biodiversidade são, em grande parte, produzidos, adquiridos ou distribuídos por empresas; portanto, as ações corporativas são determinantes nos impactos da sociedade sobre a natureza (Folke et al., 2019; Osterblom et al., 2015). Elas também têm o potencial de liderar melhorias sistêmicas, seja por meio de parcerias ou exigindo padrões mais elevados de fornecedores e parceiros (Cassol e Sellitto, 2020), ou por meio de *lobby* para influenciar governos a adotar reformas regulatórias em práticas ambientais (Lambin et al., 2020). Essa tendência requer que as empresas integrem considerações sobre mudanças climáticas e seus impactos naturais em seus modelos de negócios (Field, 2012).

Nesse contexto, para que as empresas incorporem questões ambientais e climáticas em seus processos decisórios, foram desenvolvidos padrões e *frameworks* que auxiliam na implementação de ações para minimizar o impacto de suas atividades e monitorar os recursos naturais necessários para suas operações. Esses guias também ajudam as empresas a reportarem essas informações de maneira transparente e baseada em evidências ao mercado.

Dentre esses frameworks, destaca-se a *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD), que visa incorporar considerações ambientais nas decisões financeiras e estratégias corporativas, respondendo à crescente conscientização sobre os riscos e oportunidades associados à perda de biodiversidade e ao declínio dos ecossistemas. Assim como as mudanças climáticas, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade representam riscos significativos para a estabilidade econômica e a sustentabilidade dos negócios a longo prazo. Para contribuir com essa discussão, este ensaio tem como objetivo contextualizar o uso desse framework pelas empresas e seus desafios de implementação. Para tanto, realizou-se uma revisão da literatura existente e uma análise da literatura cinza, proveniente de relatórios e publicações de instituições que atuam na área. Os principais desafios envolvem a precisão das informações sobre os riscos ambientais, além da necessidade de que as instituições financeiras incentivem e exijam uma melhor divulgação desses dados, para garantir que sejam confiáveis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os compromissos empresariais de *No Net Loss* (NNL) e *Net Positive Impact* (NPI), originados das políticas de poluição pública e comércio de zonas úmidas dos EUA na década de 1970, se expandiram nas últimas décadas. Tradicionalmente, essas abordagens se concentram na hierarquia de mitigação (“evitar, minimizar, restaurar, compensar”) para reduzir os impactos operacionais diretos das empresas, especialmente no setor extrativo. No entanto, houve uma mudança recente no discurso de NNL/NPI para o conceito de "*Nature Positive*". Esta mudança reflete o reconhecimento crescente dos riscos econômicos e financeiros da perda de biodiversidade e a necessidade de avaliar o impacto total das atividades empresariais em toda a cadeia de valor, uma vez que os impactos diretos representam apenas uma fração do impacto total sobre a biodiversidade.

O setor financeiro desempenha um papel crucial na transição para uma economia menos impactante à natureza, sendo integrado em estratégias como o Panorama de Biodiversidade Global e alinhado com a *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD). A TNFD foi estabelecida para aumentar a transparência e a divulgação de informações financeiras relacionadas à natureza, similar ao que a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) realiza para as questões climáticas.

A TNFD enfatiza a importância da biodiversidade para a saúde dos ecossistemas e segurança econômica, mas observa que muitas empresas ainda não comunicam adequadamente como a biodiversidade afeta suas operações e estratégias de longo prazo. A TNFD oferece um conjunto de recomendações para que as organizações divulguem informações sobre como consideram a biodiversidade em suas decisões financeiras e estratégicas, abordando riscos e oportunidades associados à conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O objetivo da TNFD é promover a integração de riscos e oportunidades relacionados à natureza nas estratégias de negócios e finanças, incentivando uma abordagem mais sustentável e holística para a tomada de decisões. As recomendações da TNFD são estruturadas em quatro pilares: Governança, Estratégia, Gestão de Risco e Impacto, e Parâmetros e Metas, como mostra a Figura 1.

Figura 1. Os quatro pilares das recomendações da abordagem TNFD e divulgações recomendadas.



Fonte: TNFD, 2023.

Além disso, o *framework* sugere que as organizações utilizem a abordagem LEAP para avaliar riscos relacionados à natureza, que envolve localizar interfaces com a natureza, avaliar atividades que possam impactá-la, estimar riscos materiais e preparar-se para medir e comunicar objetivos alinhados com a TNFD. Embora a TNFD ofereça uma estrutura robusta para divulgação de informações sobre biodiversidade, não há um modelo único aplicável a todos os setores e negócios. A adoção do *framework* é desejável, mas deve ser adaptada às especificidades de cada setor. A divulgação ampla e precoce das recomendações da TNFD é fundamental para construir o entendimento sobre serviços ecossistêmicos e a gestão de recursos naturais entre diversos setores privados globais. A Figura 2 apresenta os passos a serem seguidos para a utilização das recomendações para divulgação de impactos na natureza:

Figura 2. Passos da utilização das recomendações na divulgação dos impactos na natureza.



Fonte: TNFD, 2023.

A TNFD também presta aconselhamento setorial específico, com foco nos setores e indústrias mais afetados pelos riscos relacionados com a natureza. Atualmente, a TNFD concentra-se em orientações para nove setores: alimentos e bebidas, recursos renováveis, infraestruturas, serviços públicos, processamento extrativo e mineral, saúde, transformação de recursos, bens de consumo e transportes.

As recomendações de divulgação do TNFD são voluntárias e - mais uma vez seguindo o modelo da TCFD - a TNFD aceita que os adotantes possam precisar de tempo para implementar integralmente o quadro e fornecer todas as divulgações. No entanto, o objetivo é a divulgação completa dentro de cinco anos. Segundo o site da TNFD (2024), 320 organizações de mais de 46 países comprometeram-se a começar a fazer divulgações relacionadas com a natureza com base nas recomendações da TNFD publicadas em setembro do ano passado.

No Brasil, fazem parte da lista de organizações que se comprometeram a começar a fazer divulgações alinhadas com as recomendações do TNFD nos seus relatórios corporativos até ao ano financeiro de 2024: a gestora JGP, a fornecedora de informações de mercado Green Initiative International, o grupo O Boticário e a produtora de ferro e aço CSN – Companhia Siderúrgica Nacional. O banco BTG Pactual, Natura & Co, Suzano, Vale, Telefônica Brasil S.A., e as consultorias Rever Consulting e Eu me importo e consulto, se comprometeram para 2025 se alinharem à TNFD (TNFD, 2024).

3 DISCUSSÃO

O framework final da TNFD foi lançado em setembro de 2023 e por isso ainda não há pesquisas para o Brasil que apontem como as empresas brasileiras estão utilizando este modelo de reporte. Em 2021, enquanto o framework ainda estava em elaboração, o CDP realizou uma análise sobre como as empresas brasileiras estão alinhadas às recomendações do TNFD. Eles utilizaram dados dos relatórios de 318 empresas que abordavam os temas de Florestas e Segurança Hídrica. Os setores analisados foram: manufaturados (82), serviços (65), transportes

(61), materiais (40), alimentos, bebidas e agricultura (23), serviços financeiros (19), outros (28). Das empresas do setor financeiro que responderam ao CDP, pouco menos de 50% das empresas do setor financeiro avaliam a exposição de seu portfólio a riscos e oportunidades relacionadas à segurança hídrica e florestas. Segundo ele ainda, a parcela que mais realiza tal avaliação são os proprietários de ativos, com 57% das instituições brasileiras fazendo a divulgação. E as que menos analisam são as seguradoras, com 38% das instituições realizando a divulgação (CDP, 2021a).

A apresentação dos principais resultados foi estruturada com base em três critérios principais, baseados na TNFD: Impactos, Dependência e Riscos e oportunidades, relacionados à natureza. Cerca de 71% dos impactos relacionados a florestas e 61% dos relacionados aos aspectos hídricos foram causados por mudanças na precipitação, seca ou escassez hídrica. Apesar disso, as empresas analisadas pelo questionário de Florestas do CDP possuem um grau de maturidade maior em relação às que respondem para Segurança Hídrica, com relação ao uso do solo e de recursos hídricos (CDP, 2021b).

O CDP, através desta análise, fez recomendações aproximadas aos objetivos da TNFD segundo os dados encontrados. Dentre elas pode-se destacar: i) Governança: é urgente que os conselhos das companhias comecem a supervisionar os usos que envolvem o tema de segurança hídrica; formulação de políticas internas com relação à segurança hídrica; políticas com descrição da dependência dos negócios em relação à natureza e a descrição da dependência que as companhias têm dos recursos ambientais; políticas específicas para commodities florestais e agrícolas, e se estão alinhadas ao desmatamento zero; ii) Estratégia: aumentar as avaliações quanto à exposição aos riscos relacionados à natureza e desenvolver estratégias de mitigação destes eventos; realizar análises baseadas em cenários climáticos; incluir práticas resilientes, sustentáveis e de mitigação em sua estratégia organizacional; estratégia tanto de commodities agrícolas como de água integre o atual e potencial efeito dos impactos da dependência pela água e solo no negócio, na estratégia e no planejamento financeiro; estímulo a projetos de restauração e conservação de ecossistemas; iii) Gestão de Riscos e Oportunidades: aumentar a frequência de avaliação de riscos nas poucas empresas que já o fazem; iv) Métricas e Metas: que as empresas passem a monitorar ou aumentem o monitoramento já existente dos recursos hídricos; mensuração dos impactos negativos e positivos na natureza das áreas de origem das commodities, com o objetivo de transparecer as práticas que envolvem a atuação da empresa; metas para aumentar a sustentabilidade da produção e do consumo de commodities e também voltadas aos recursos hídricos.

Há urgência do incentivo das instituições financeiras às empresas da economia real, para que estas coloquem em prática essas recomendações alinhadas aquelas da TNFD (CDP, 2021b). A ausência ou a insuficiência de incentivos e regulações que estimulem e orientem as organizações a adotarem as melhores práticas de gestão e reporte das questões relacionadas à natureza. Existem muitos desafios que as empresas enfrentam para divulgar seus dados sobre riscos. Um deles é a falta de informação que é a maior barreira para impedir a perda de biodiversidade. Atualmente, as instituições financeiras e as empresas não têm as informações necessárias para compreender como a natureza impacta o desempenho financeiro imediato da organização, ou os riscos financeiros de longo prazo que podem surgir da forma como a organização, positiva ou negativamente, impacta a natureza. Uma melhor informação permitirá às instituições financeiras e às empresas incorporar riscos e oportunidades relacionados com a natureza no seu planejamento estratégico, gestão de riscos e decisões de alocação de ativos. (TNFD, 2023). Além disso, a limitação e a inconsistência dos dados e das metodologias disponíveis para medir e avaliar as dependências, os impactos, os riscos e as oportunidades relacionados à natureza, que dificultam a comparabilidade e a confiabilidade das divulgações.

Também surge a necessidade de desenvolver análises de cenários mais completas, que levem a uma compreensão aprofundada da situação atual das ameaças, visando ganhos de

competências para análises futuras e mais prospectivas. Tudo isso para que a confirmação de que os riscos identificados estejam de fato relacionados à natureza e a criação de mecanismos para precificá-los. E, por fim, na verdade questão basal, são os custos do monitoramento da biodiversidade. Como um dos principais desafios da implementação e manutenção da TNFD pelas empresas, deve-se salientar que a valoração da natureza é complexa, ao contrário de emissões de carbono. É mais difícil definir um valor à natureza em uma única métrica ou número. A natureza é uma teia complexa de espécies, com interações e interdependências que mantém seu equilíbrio.

Com estes novos guias de valoração, as organizações têm de pensar em monitorar paisagens inteiras e proteger grupos de espécies em escala local, nacional e internacional. Devem ser criadas linhas de base de monitoramento robustas e comprovadas, para que os progressos possam ser medidos a longo prazo. Há de se escolher ferramentas que possam proporcionar um monitoramento em escala a longo prazo e uma medição exaustiva dos principais grupos de espécies (Carbon Rewild, 2024).

Para tentar dirimir alguns destes desafios, o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) liderou no Brasil a avaliação de impactos dos negócios sobre a natureza e coordenou o debate sobre os parâmetros da TNFD. Em 2023, lançou, em parceria com o TNFD e o WBCSD, a Plataforma de Ação pela Natureza, que visa auxiliar as empresas a proteger e gerir a biodiversidade.

A plataforma tem dois eixos de atuação, cada um com um projeto-piloto: Impacto Positivo e Soluções Climáticas Naturais. O primeiro eixo envolve a implementação coletiva do TNFD por empresas dos setores de energia, uso da terra e infraestrutura. O segundo foca na geração de créditos de carbono através da promoção de soluções baseadas na natureza (SbN) na Amazônia.

A plataforma é um movimento pioneiro do setor privado no sentido de entender, proteger e gerir suas dependências e impactos na biodiversidade, utilizando metas científicas e ferramentas de reporte CEBDS.

4 CONCLUSÕES

As recomendações da TNFD são um marco fundamental na relação entre a natureza, as empresas e o capital financeiro, posicionando riscos ligados à natureza ao lado dos riscos financeiros, operacionais e climáticos e ajudando a transferir os fluxos de capital em direção a resultados positivos para a natureza (ou *nature positive*). Os fluxos de caixa atuais e futuros dependem do fluxo dos fatores de produção da natureza para as empresas e a aceleração da perda da natureza representa um risco crescente para as empresas e os fornecedores de capital. A publicação das recomendações e de um conjunto de orientações de implementação adicionais marca o auge de um processo de desenvolvimento consultivo de dois anos, incluindo testes-piloto efetuados por mais de 200 empresas e instituições financeiras. As recomendações são coerentes com as normas de informação da IFRS e da GRI existentes e emergentes e estão alinhadas com os requisitos do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal.

Os desafios se concentram na qualidade da informação sobre os riscos da natureza e também no incentivo que as instituições financeiras deveriam dar e solicitar para a melhor divulgação dos dados, a fim de que elas sejam confiáveis.

Para fazer face ao declínio da produtividade e da resiliência da natureza e, por extensão, ao declínio da prosperidade e da resiliência das nossas sociedades, economias, sistemas financeiros e modelos de negócio, as questões relacionadas à natureza devem ser agora incorporadas aos processos de gestão de riscos das empresas e das carteiras. Se nada for feito, as empresas, as finanças, os sistemas financeiros e toda a sociedade ficarão com um grande ponto cego na gestão dos riscos face à aceleração das perdas naturais e suas consequências irremediáveis.

REFERÊNCIAS

- Cahen-Fourot, L., Campiglio, E., Dawkins, E., Godin, A., & Kemp-Benedict, E. (2021). Capital stranding cascades: The impact of decarbonisation on productive asset utilisation. *Energy Economics*, 101, 105-231.
- Cassol, A., & Sellitto, M. (2020). Ações estratégicas de sustentabilidade na cadeia de suprimentos de fabricantes de baterias automotivas. *Gestão & Produção*, 27(2), 251-267.
- CDP. (2021a). Relatório sobre a exposição das empresas brasileiras aos riscos relacionados à segurança hídrica e florestas. Disponível em: <https://cdp.net>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- CDP. (2021b). Relatório de recomendações para a integração de objetivos relacionados à segurança hídrica e florestas. Disponível em: <https://cdp.net>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- Climate Action Tracker. (2023). Global temperature projections. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/global/temperatures/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- Daly, H. E., & Farley, J. (2011). *Ecological Economics: Principles and Applications*. Island Press.
- Dasgupta, P. (2021). *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*. HM Treasury.
- Díaz, S., Settele, J., Brondizio, E. S., Ngo, H. T., Agard, J., Arneth, A., et al. (2019). Pervasive human-driven decline of life on Earth points to the need for transformative change. *Science*, 366(6471), eaax3100.
- Folke, C., Polasky, S., Rockström, J., Galaz, V., Westley, F., Lamont, M., et al. (2019). Ecology and Society: Our future in the Anthropocene biosphere. *Ecology and Society*, 24(1).
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Lambin, E. F., Gibbs, H. K., Ferreira, L., Grau, R., Mayaux, P., Meyfroidt, P., et al. (2020). The role of supply-chain initiatives in reducing deforestation. *Nature Climate Change*, 8(2), 109-116.
- Mace, G. M., Barrett, M., Burgess, N. D., Cornell, S. E., Freeman, R., Grooten, M., & Purvis, A. (2018). Aiming higher to bend the curve of biodiversity loss. *Nature Sustainability*, 1(9), 448-451.
- Moody's. (2021). Global Climate and Sustainability Risk. Disponível em: <https://moodys.com>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- NASA. (2023). Global Climate Change: Vital Signs of the Planet. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/vital-signs/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- Osterblom, H., Cicin-Sain, B., Houghton, R. A., Oppenheimer, M., & Rockström, J. (2015). *Integrated assessments of climate, land, energy and water strategies*. World Scientific Publishing.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., et al. (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, 347(6223), 1259855.
- TNFD. (2023). Taskforce on Nature-related Financial Disclosures: Recommendations and Framework. Disponível em: <https://tnfd.global>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- TNFD. (2024). Companies committed to TNFD-aligned disclosures. Disponível em: <https://tnfd.global>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- van den Belt, M., & Blake, D. (2015). Ecosystem services, stakeholder engagement, and business risk. *Ecological Economics*, 118, 1-9.
- Watson, R., & Newton, A. (2018). Dependency of business sectors on biodiversity: how business can protect biodiversity. *Biological Conservation*, 218, 108-115.
- WEF. (2022). The Global Risks Report 2022. Disponível em: <https://weforum.org/reports/the-global-risks-report-2022>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- Wigley, T. M. (2009). The effect of changing climate on the frequency of extreme weather events. *Nature*, 333(6172), 92-95.